

A luta pelo direito à cidade e as resistências à COVID-19 nas periferias: o poder explicativo da escala, do associativismo e da localização territorial em Porto Alegre

Betânia de Moraes Alfonsin¹
Fernanda Madalosso Guimarães²
Flávia Segat³
Paulo Eduardo Berni⁴
Pedro Acosta Oliveira⁵
Pedro Prazeres Fraga Pereira⁶

Resumo

O presente artigo relata os achados de uma pesquisa empírica sobre as resistências ao desmonte da Política Urbana e à COVID-19 por parte de comunidades de baixa renda de Porto Alegre, no ano de 2021. A investigação envolveu territórios de diferentes escalas, localizações territoriais e graus de organização no município e adotou procedimentos metodológicos de matriz descolonial. A pesquisa qualitativa atualiza os dados coletados em 2020 através de entrevistas de caráter amostral com lideranças comunitárias da Cooperativa 20 de novembro (localizada no Centro Histórico), da Vila Tronco (na Grande Cruzeiro) e do Bairro Restinga (Extremo Sul da cidade de Porto Alegre). Além da produção de informações pela documentação direta, a pesquisa também se socorreu de fontes bibliográficas e fontes documentais primárias para desvelar o modo diferenciado como cada território enfrentou a pandemia e o desmonte da Política Urbana. Conclui-se que fatores como cultura de associativismo, história dos assentamentos e capacidade de articulação interescalar importam para o enfrentamento da precarização imposta às populações de periferias urbanas durante esse período marcado pela combinação de uma inflexão ultraliberal nas políticas garantidoras do direito à cidade com a pandemia de COVID-19.

¹ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Professora do Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5213-6212>. E-mail: betaniaalfonsin@gmail.com.

² Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (atual). Bacharela em Direito (2018) e Pós-graduanda em Direito Administrativo e Gestão Pública pela FMP/RS (2019). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9135-1046>. E-mail: fernanda.madalossog@gmail.com.

³ Mestranda em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL/RS (2021 - início). Especialista em Direito Público (2019) e Bacharela em Direito pela FMP/RS (2017). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9847-837>. E-mail: flaviasegat@gmail.com.

⁴ Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019 - início). Mestre em Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2679-6743>. E-mail: pauloberni@gmail.com.

⁵ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (atual). Possui graduação em Direito pela FMP/RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2242-7510>. E-mail: pedroliveira602@gmail.com.

⁶ Professor Convidado nos Cursos de Especialização em Direito Processual Civil e Direito Administrativo e Gestão Pública da FMP/RS. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGD-UFRGS). Possui graduação em Direito pela FMP/RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5897-6960>. E-mail: pedropfpereira@gmail.com.

Palavras chave: COVID-19. Direito à cidade. Política Urbana. Resistência.

1. Introdução

O presente artigo promove uma revisão e atualização, em 2021, da análise de três estudos de caso realizados pelo grupo de pesquisa em Direito Urbanístico e Direito à Cidade da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS) durante o ano de 2020, em um projeto de investigação vinculado ao Observatório das Metrôpoles. Naquela investigação, foram avaliadas as resistências de três comunidades de baixa renda em Porto Alegre ao desmonte das políticas públicas garantidoras do direito à cidade, bem como à própria pandemia da COVID-19. As comunidades investigadas foram a Cooperativa 20 de Novembro, a Vila Tronco e o Bairro Restinga e os resultados sobre o ano de 2020 já foram publicizados⁷.

A necessidade de voltar a entrevistar as lideranças comunitárias de tais territórios após um ano de realização do estudo se liga ao próprio recrudescimento da pandemia no Brasil, já que as entrevistas do primeiro ciclo da pesquisa foram realizadas quando a COVID-19 ainda se alastrava no país, apresentando um número de casos e óbitos muito inferior àqueles que apresentaria em 2021. De fato, a pandemia recém chegava a 100.000 mortos em 08 de agosto de 2020⁸, mas um ano depois o país já amargava a nefasta cifra de mais de 500.000 óbitos⁹, demonstrando que a doença teve uma *onda* importante de aumento de contágios no início de 2021, justificando um retorno ao contato com as lideranças para ver como evoluíram os temas investigados em cada um dos territórios pesquisados.

Soma-se aos números crescentes da pandemia, como justificativa ao retorno às entrevistas, ainda, o interesse em investigar as próprias políticas públicas desenvolvidas nesses territórios a fim de apoiar as comunidades no enfrentamento da pandemia, pois se sabe que vários fatores pioraram as condições objetivas das populações, como a redução do valor do auxílio emergencial pago pelo governo federal e o aumento dos

⁷ Ver o artigo que apresenta os resultados dessa investigação em: ALFONSIN, at. al. 2021.

⁸ Ver, a respeito: BRONZE, Giovanna. “Brasil chega à marca de 100 mil mortes por Covid-19”. In: **CNN Brasil**. São Paulo, 08 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-registra-100-mil-mortes-por-covid-19-mostra-levantamento-da-cnn/>>. Acesso em: 14 set. 2021.

⁹ Ver, a respeito: COSTA, Anna Gabriela. “Brasil chega a 550 mil mortes causadas pela Covid-19; 578 foram nas últimas 24 h”. In: **CNN Brasil**. São Paulo, 26 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-chega-a-550-mil-mortes-causadas-pela-covid-19-578-foram-nas-ultimas-24-h/>>. Acesso em: 14 set. 2021.

índices de desemprego no país. Desse modo, retomando a pesquisa já realizada, o presente artigo objetiva verificar como diferentes territórios, em escalas distintas, seguiram resistindo à pandemia de COVID-19 e lutando pelo seu direito à cidade.

Para tanto, serão apresentadas notas metodológicas relacionadas com o compromisso epistemológico adotado na presente pesquisa, bem como uma breve anamnese de informações do marco geral da investigação em Porto Alegre. A seguir, serão apontados novos dados, obtidos por meio da realização de entrevistas e de outras fontes documentais, sobre a realidade dos territórios da Cooperativa 20 de Novembro, da Vila Tronco e, finalmente, do bairro Restinga no ano de 2021. Nas considerações finais, será apresentado um conjunto de impressões sobre como o enfrentamento ao desmonte das políticas garantidoras do direito à cidade e à própria pandemia da COVID-19 foi alterado, qualitativamente, entre julho de 2020 e julho de 2021.

2. Notas metodológicas

Paralelamente à alteração das condições objetivas de recrudescimento da pandemia, esse revisitar dos casos também obedece a um compromisso de ordem epistemológica. A metodologia adotada pelo grupo na presente investigação, de corte descolonial, procura valorizar os saberes das lideranças entrevistadas, como significativas dos conhecimentos populares, a fim de romper com a lógica da colonialidade do saber, incapaz de reconhecer a riqueza do conhecimento produzido fora da academia. Promover uma pesquisa que rompa com as práticas de *extrativismo acadêmico* sempre foi um objetivo epistemológico da investigação, que, neste sentido, dialoga com as epistemologias do Sul, as quais "valorizam em especial a diversidade cognitiva do mundo, procurando construir procedimentos capazes de promover o interconhecimento e a interinteligibilidade" (SANTOS, 2019)¹⁰.

Um dos procedimentos propostos na investigação, portanto, foi a realização de uma "banca de qualificação popular" junto às lideranças entrevistadas no ano passado, enviando a elas o artigo então produzido e marcando uma nova conversa, a fim de recebermos delas um feedback sobre as conclusões a que chegamos acerca das

¹⁰Apresentando-se o presente trabalho como pesquisa empírica em direito, importante destacar que o advento de uma ordem democrática ocasiona impactos inclusive sobre a forma pela qual o conhecimento é difundido e o direito é ensinado, o que impõe que atores anteriormente considerados estranhos à academia, como líderes comunitários e movimentos sociais, tornem-se produtores de conhecimento jurídico (SILVA, 2016).

realidades de seus territórios de inserção, a partir de seus discursos em 2020. Tais "bancas de qualificação popular" da investigação aconteceram em 2021, nos meses de julho e agosto, com as principais lideranças entrevistadas no ano anterior. Nesses encontros, para além de ouvir o retorno e as críticas ao conhecimento produzido, o grupo de pesquisa aproveitou para atualizar a coleta de dados sobre as comunidades investigadas com perguntas relacionadas a (i) como a pandemia evoluiu nos territórios, (ii) quais foram as dificuldades enfrentadas após o recrudescimento da pandemia e, (iii) em que medida o tecido associativo e a organização da comunidade foram afetados nesse novo momento, agravado, da pandemia da COVID-19.

A validade epistemológica da realização de entrevistas em pesquisas qualitativas é amplamente reconhecida por um bom número de cientistas sociais e metodólogos. A esse respeito, leciona Jean Poupart que “as condutas sociais não poderiam ser compreendidas nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais”, de modo que as entrevistas seriam indispensáveis,

[...] não somente como método para apreender a experiência dos outros, mas igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações (POUPART, 2014).

Com efeito, é neste plano que se apresenta a perspectiva “de perto e de dentro”, apta a assimilar os padrões de comportamento realizados não por indivíduos vistos como “atomizados”, mas como “múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (MAGNANI, 2002, p. 17). A fim de evitar um subjetivismo demasiado, no entanto, as informações coletadas pela via das entrevistas foram checadas e complementadas por outras fontes bibliográficas e documentais.

O grupo de pesquisa tem consciência das limitações metodológicas da investigação realizada, como, por exemplo, o baixo número de lideranças comunitárias entrevistadas em cada um dos territórios, no entanto, pondera que a metodologia proposta nunca pretendeu promover um estudo de caráter censitário, mas antes selecionar lideranças importantes de cada um dos casos investigados, capazes de expressar os anseios, valores e impressões das comunidades investigadas. Longe de pretender que os resultados obtidos por intermédio da análise do discurso das lideranças sejam generalizáveis a todo o universo de assentamentos de periferia no país,

compreende-se que os achados da pesquisa realizada podem fornecer reflexões capazes de dialogar com realidades de assentamentos de outras cidades brasileiras.

Será apresentada, portanto, uma breve anamnese de informações do marco geral da investigação em Porto Alegre e, na sequência, novos dados obtidos por meio da realização de entrevistas e de outras fontes documentais sobre a realidade dos territórios da Cooperativa 20 de Novembro, da Vila Tronco e, finalmente, do Bairro Restinga. Nas considerações finais, será apresentado um conjunto de impressões sobre como o enfrentamento ao desmonte das políticas garantidoras do direito à cidade e à própria pandemia da COVID-19 foi alterado, qualitativamente, entre julho de 2020 e julho de 2021.

3. Os territórios pesquisados: localização e escala

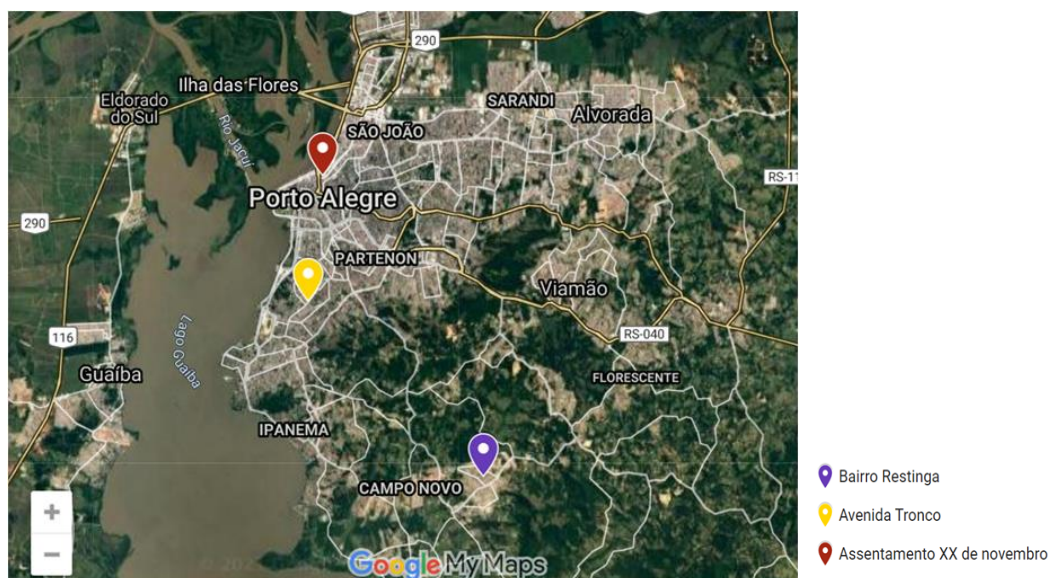
A investigação sobre as resistências das comunidades de baixa renda em Porto Alegre assumiu um duplo viés: a resistência ao desmonte da política urbana, de caráter mais *estrutural*, e a resistência à pandemia, de caráter mais *conjuntural*. A esse respeito, é importante lembrar que o problema de pesquisa proposto neste ciclo investigativo foi o seguinte:

Em um ambiente que promove a necropolítica e acentua a precarização da vida das populações de periferia, a que recursos recorrem, que alianças constroem, que bandeiras defendem, que inovações organizativas experimentam e que resultados alcançam as comunidades de assentamentos de Porto Alegre em seus processos de resistência ao desmonte das políticas garantidoras do direito à cidade e à COVID-19? (ALFONSIN et al., 2021).

Além das questões metodológicas já apontadas, decidiu-se por selecionar assentamentos em diferentes localizações territoriais de Porto Alegre, com “proximidades” distintas em relação ao centro histórico, bem como dotados de tamanhos diferentes – considerando a extensão territorial e o número de famílias moradoras dos assentamentos –, fatores estes que alteram a “escala” da ação social e da política de resistência. A expressão “escala”, aqui, não está sendo utilizada no sentido que a geografia utiliza, mas dialoga com as reflexões de Carlos Vainer, que percebe, juntamente de outros autores (como Smith, Swingedow, Bourdieu e Harvey, para citar alguns), que a questão da escala de *ação política* se coloca com grande centralidade no tempo presente, sendo uma categoria importante, também, na presente investigação, nos seguintes termos:

O entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais, culturais têm dimensões escalares não pode conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos. (...) Antes de serem os campos possíveis da ação política, as escalas constituem, portanto, o resultado, sempre contestável e contestado, de embates, assim como o são as relações entre as escalas e a predominância de uma escala sobre as demais: “a escala demarca os sítios da contestação social, objeto tanto quanto resolução da contestação” (SMITH apud VAINER, 2002, p. 25).

O debate realizado por Vainer sobre a *transescalaridade* é aqui igualmente importante, já que os territórios investigados também travam lutas que dialogam com distintas escalas. Tal como propõe o autor, “qualquer projeto de transformação, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2002). Assim é que foram selecionados os seguintes assentamentos, os quais, além de se situarem em diferentes territorialidades, travam lutas em relação às quais lidam, também, com diferentes escalas: Cooperativa 20 de Novembro, no centro histórico; Vila Tronco, em uma porção mediana do território da cidade, em um segundo anel, considerando o seu centro histórico; e, finalmente, a Restinga, um bairro de Porto Alegre no extremo sul da cidade e que pode ser caracterizado como o mais periférico em relação ao centro histórico, tal como demonstra o mapa 1.



Mapa 1 - Localização territorial dos assentamentos pesquisados. **Fonte:** GoogleMaps.

A investigação revelou diferentes graus de organização dessas comunidades, bem como a importância do fator localização territorial no enfrentamento da problemática investigada, sobretudo considerando o atendimento pelos serviços

públicos e o recrudescimento da pandemia. Para melhor compreensão, passa-se a apresentação de observações atualizadas sobre os territórios, obtidas das entrevistas e de outras fontes bibliográficas¹¹.

3.1. Cooperativa 20 de Novembro

No caso da Cooperativa 20 de Novembro, o entrevistado Ezequiel Morais aderiu à proposta de ler o artigo produzido no ano passado e de analisar o que o grupo de pesquisa concluiu anteriormente, em uma “banca de qualificação popular”, conforme metodologia proposta na investigação. A referida liderança forneceu um feedback de concordância em relação a vários pontos ali analisados e também fez uma análise comparativa em relação ao território da Restinga, para avaliar que “lá, as famílias estão completamente abandonadas”.

No período de um ano compreendido entre os dois contatos/entrevistas com Ezequiel, uma mobilização da Cooperativa ocorreu, juntamente de outros movimentos populares de moradia, a fim de pressionar o Governo Federal para que cumpra os acordos já firmados com os moradores para viabilizar a reforma do prédio. No dia 16 de julho, as famílias participaram de uma caminhada que partiu da sede da Cooperativa e foi até a sede da Caixa Econômica Federal, na Praça da Alfândega, para denunciar o corte de recursos para habitação popular. Sublinha-se que a luta desta comunidade envolve questões de escala nacional.

Essa movimentação demonstra que a comunidade segue bastante mobilizada no que diz respeito às lutas pelo direito à cidade e pelo direito à moradia. Em que pese a Cooperativa ter o financiamento conquistado junto à Caixa Econômica Federal, as verbas não foram liberadas, o que se dá, em grande medida, segundo a opinião de Ezequiel, porque o Governo Federal “não quer fortalecer a lógica cooperativista” representada pela conquista da 20 de Novembro. Assim, para angariar recursos financeiros, a Cooperativa avançou, neste um ano, nos projetos de geração de renda, e um grupo de mulheres trabalha com costura e produção de máscaras e outros itens,

¹¹Em função da agenda das lideranças entrevistadas, não foi possível realizar a “banca de qualificação popular” da pesquisa em um único dia, de modo que as entrevistas com Ezequiel Morais, representante da Cooperativa 20 de Novembro, e com Márcia Kovaski, da Restinga, foram realizadas no dia 13 de julho de 2021, e que a entrevista com Bruna Rodrigues, representante da Vila Tronco, realizou-se em 03 de agosto do mesmo ano.

como mostram as imagens 1 e 2, retiradas do Facebook da Cooperativa 20 de Novembro¹²:



Imagens 1 e 2 - Fotos de divulgação de máscara 3D e porta máscaras elaboradas pelas costureiras da Cooperativa 20 de Novembro. **Fonte:** Página da Cooperativa 20 de Novembro no Facebook.

Um ponto ressaltado por Ezequiel em sua reflexão sobre o caso da 20 de Novembro é a importância do associativismo. Ele ressalta que a participação no Fórum do Quarto Distrito, região da cidade em que a Cooperativa se insere, foi fundamental e que a 20 de Novembro se tornou, nesse período muito duro economicamente para as populações de menor renda, uma referência para a recepção e distribuição de cestas básicas na região. Segundo ele relata, a lógica adotada por seus habitantes foi a de “trabalhar na solidariedade”.

A Cooperativa parece ter tido uma vantagem comparativa, em relação a outros territórios, no acesso aos benefícios liberados pelo governo federal. Segundo a liderança entrevistada, para a Cooperativa, pela sua trajetória de organização, “já tinha prática de lidar com o Estado do ponto de vista da burocracia” fato que “também facilitou a nossa vida para gente agilizar com que toda a nossa galera, o mais rápido possível, estivesse recebendo o auxílio emergencial, o mais rápido possível estivesse acessando os auxílios, os apoios”. Com efeito, o histórico de luta das famílias que vivem na Cooperativa reforça a importância do associativismo para lutar contra a pandemia e em favor do direito à cidade, já que elas conseguiram manter a organização social e mantiveram

¹² Disponível em: <<https://www.facebook.com/Coopvinte/>>. Acesso em: 17 out. 2021.

bons resultados na pandemia, como a relatada facilidade de acesso ao auxílio emergencial.

Durante o período da pandemia, e o sucessivo aumento da população de rua no centro histórico, Ezequiel comenta que foi difícil lidar com a manutenção do projeto da Cooperativa, pois muitos moradores de rua queriam ocupar o prédio, além da tentativa de traficantes de drogas da região usarem o prédio para seus negócios. Foi necessária muita organização para manter vivo o projeto original da Cooperativa, que é um projeto de caráter habitacional, voltado às famílias associadas que participam do projeto. Sobre a COVID-19 em si, alguns membros da Cooperativa adoeceram e, segundo a liderança:

Os efeitos da pandemia foram bem complicados [...] houve muita tensão psicológica, né, nossa galera estava muito abalada. Então eu acho que pra galera que ficou doente, eu acho que foi importante essa questão do cuidado, então todo mundo cuidando, todo mundo auxiliando com todos os cuidados possíveis e tal. E acho que demorou muito tempo para o município fazer a sua parte do ponto de vista da assistência social. Então, assim, muito mais foi a partir das redes de organizações autônomas e da sociedade civil que apoiaram e tal a manutenção da subsistência das famílias.

O testemunho transcrito parece reforçar as conclusões a que já se tinha chegado anteriormente, acerca da importância da auto-organização da comunidade para o enfrentamento da pandemia. Já, no que diz respeito à necessidade de participação política em relação às bandeiras do direito à cidade, um dos objetos da pesquisa, Ezequiel disse:

Nosso maior inimigo não é o vírus, eu acho que a gente poderia inclusive ter resolvido muitas das coisas se nós não tivéssemos um governante como esse [Presidente Jair Bolsonaro]. Então, na realidade, esse elemento também eu acho que foi importante. A nossa galera continua nos atos, a Ni, presidente da Cooperativa, tem participado também das atividades, das marchas, dos atos. Quem pode está indo para a rua, a galera tem cada vez mais compreendido a importância hoje dos nossos corpos estarem na rua.

O próprio líder comunitário, no dia em que concedeu a entrevista, encontrava-se em uma passeata no centro da cidade e atrasou um pouco em função de ter de chegar em casa, após a manifestação, para poder acessar a rede e dar a entrevista adequadamente, o que reforça a forte articulação política desse líder comunitário. Ademais, a pauta do despejo zero, uma campanha importante conduzida por um conjunto de entidades nacionalmente¹³, bastante representativa da luta pelo direito à cidade no contexto da pandemia, apareceu fortemente na fala da liderança:

¹³ Ver, a respeito: <https://www.campanhadespejzero.org/>.

E eu acho que, tem um ato agora dia dezesseis, né, que é a questão da chamada nacional, a questão da pauta da moradia no Brasil e a questão do despejo zero que a galera tem colocado. Eu acho que a pauta do despejo zero, ela é extremamente importante. Mas eu acho que o fato dos movimentos irem para a rua, as organizações em relação à questão do despejo zero é a garantia do território nacional, do território da América Latina. Porque o que a gente está vendo na realidade a gente está em uma situação de despejo e a gente precisa fazer uma retomada do país. Então não é uma questão pura e simplesmente de quem mora no aluguel, de quem mora em uma ocupação. Hoje eu acho que essa questão da retomada em relação aos despejos é uma retomada do papel do nosso país, de como a gente pode viver melhor daqui para frente.

Nesta entrevista e nesta comunidade, também chamou atenção a ampliação do repertório de mobilização da Cooperativa em relação ao tema racial, tal como atesta o depoimento do Ezequiel:

E a gente tem chamado cada vez mais a pauta da questão racial como profundamente importante, a gente tem dito muito assim, não tem como construir um país como o Brasil sem compreender o papel racial, sem compreender a maioria da população que hoje ela é afro, ela é, tem essa questão da pauta do povo indígena afro, dos afros indígenas.

Este território, dentre os pesquisados, portanto, parece ter tido um saldo organizativo positivo durante a pandemia ou, pelo menos, parece ter continuado mobilizado, já que não foi vencido pela COVID-19 e segue ampliando seu repertório político, reforçando estratégias de cooperação e associativismo, tanto no território, quanto no engajamento em lutas mais amplas e, ainda, incorporando a pauta antirracista no discurso das comunidades.

3.2. Vila Tronco

Dentre os territórios pesquisados neste trabalho, a Vila Tronco possui uma circunstância histórica que merece contextualização. A partir da escolha de Porto Alegre como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, a região recebeu intervenções urbanísticas que, além de permanecerem inconclusas até hoje, implicaram na remoção de quase 100 famílias¹⁴. Ao compulsoriamente desalojar e retirar do território um contingente tão expressivo de moradores (os quais, em sua maioria, permanecem desassistidos até hoje), o episódio configurou um trauma social que marcou

¹⁴Trata-se do processo de duplicação da Avenida Tronco, que divide ao meio a vila homônima. Sobre a história e os desdobramentos desse processo, cf.: LEITE, 2016 e COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE, 2014.

decisivamente a história do território, fazendo-se presente nas falas de todas as lideranças entrevistadas durante a presente investigação.

Conforme relatado na publicação que analisou os estudos de caso (ALFONSIN et al., 2021), foram entrevistadas três lideranças que atuam na Vila Tronco: uma agente comunitária de saúde (Elisângela de Fátima Lima Rosanelli) e dois militantes com trajetória política mais abrangente, incluindo mandatos como vereadores da capital (Lídio Santos e Bruna Rodrigues). Naquela rodada de entrevistas, os relatos foram bastante confluentes, conformando um diagnóstico que pode ser sintetizado em três pontos principais: (a) o Poder Público se mostrou bastante omissivo na garantia de suporte aos moradores do território para o enfrentamento à pandemia; (b) a pandemia catalisou – ao mesmo tempo em que evidenciou – um processo já existente de precarização socioeconômica; (c) em razão da falta de assistência para enfrentar a emergência sanitária, a comunidade experimentou uma rearticulação política do tecido social, com uma súbita ampliação de redes de solidariedade (ALFONSIN et al., 2021, p. 39-40).

Com um ano de distância em relação à primeira entrevista, Bruna Rodrigues foi novamente ouvida pelo presente grupo de pesquisa, agora na condição de vereadora de Porto Alegre. O fato merece ser enfatizado porque, ao mesmo tempo em que reforça a importância da articulação comunitária (Bruna teve nas periferias da cidade seu principal reduto eleitoral), altera substancialmente o lugar de fala dessa liderança em comparação com o primeiro relato.

Em linhas gerais, essa segunda entrevista reiterou aqueles pontos anteriormente sintetizados: o recrudescimento da precarização e da desigualdade socioeconômica deram o tom do novo relato. O distanciamento temporal permitiu um contraste entre algumas das respostas oferecidas. Em 2020, perguntou-se à Bruna o seguinte: “Qual é a Cruzeiro que a pandemia encontra? Como que estava a comunidade e quais os principais problemas que surgem a partir da pandemia?”. A entrevistada respondeu que o cenário era muito cruel, com muitos moradores experimentando o drama da insegurança alimentar e precisando que as crianças fossem às ruas para ajudar no sustento das famílias. Referiu, ainda, que instituições como o tráfico e a igreja haviam se fortalecido, que a escola da comunidade estava sucateada e que havia uma intensa mobilização popular para que o posto de saúde não fosse fechado.

Perguntada, um ano depois, sobre as condições da comunidade, Bruna respondeu que o balanço de um ano não era nada alentador. Segundo relatou, durante esse período, houve uma expansão no domínio do tráfico de drogas, que resultou em um

aumento da violência; além disso, o desemprego e a desigualdade progrediram, com significativa perda de renda das mulheres autônomas chefes de família. Correlatamente, a presença de crianças e jovens nas ruas aumentou (fenômeno potencializado pelo fechamento das escolas), tornando esses menores, em muitos casos, os provedores familiares.

No que se refere à rearticulação política da comunidade, Bruna enfatizou que tal processo não foi seguido de uma maior assistência por parte do Poder Público:

Eu não imaginava, lá quando eu me reuni com vocês, nós estávamos ali no auge de um movimento esperançoso de solidariedade de que nós ajudaríamos naquele momento e daqui a pouco o Estado chegava porque não tinha outra forma, eu não imaginei que iria ser dessa forma. Nós estamos a seis meses de um novo governo e que nesse momento, nesse momento, apesar de ter um aumento das mortes em mais de cento e cinquenta por cento, nós não tivemos um acolhimento na rede de assistência social, nós não tivemos cestas básicas em massa distribuídas a partir das escolas da rede municipal, nós não temos as cestas básicas distribuídas a partir dos CRAS, da rede de assistência social, (...) ao mesmo tempo, só na Cruzeiro nós tivemos três postos de saúde fechados. Então, assim, o quadro do estrato social é o pior possível.

O relato destaca a ausência do Estado em um momento crucial, em que todas as carências daquela população estavam ainda mais evidentes e catalisadas. Mesmo com a eleição de novo prefeito, em 2020, as perspectivas não melhoraram: não foram oferecidas cestas básicas às famílias precarizadas e o posto de saúde localizado na Vila Tronco foi fechado¹⁵. A escolha de não oferecer assistência às famílias moradoras de uma área historicamente precária durante a pandemia de Covid-19 significa decidir quem está autorizado a permanecer vivo. Nesse sentido, o comportamento adotado pelas autoridades condiz com aquilo que Achile Mbembe (2018) chama “necropolítica”.

Ainda em relação à rearticulação política da comunidade, há um ponto de dissonância entre os dois relatos. Nesse segundo depoimento, Bruna enfatiza as limitações dos movimentos sociais, defendendo que esses não podem ser romantizados e pensados de forma apartada da política institucional. Nas palavras da entrevistada:

Hoje boto muita fé na organização social política. Por quê? Porque nós por muito tempo romantizamos a organização popular. E botamos fé na organização popular dissociada do que é política. E estando aqui hoje, compondo uma base de 10 vereadores que se contrapõe a uma base de 26, por mais que a organização popular tenha êxito, quem faz a legislação e quem sanciona são os vereadores e o prefeito. (...) Não dá mais pra ser só movimento social, precisa ser político.

¹⁵A respeito do fechamento dos postos de saúde, ver as seguintes notícias que retratam a situação: DIHL, 2020 e GOMES, 2020.

É intuitivo concluir que essa ênfase na importância da política institucional decorre do fato de a liderança ocupar o cargo de vereadora de Porto Alegre durante a segunda entrevista. Em todo caso, a observação é relevante: ao mesmo tempo em que Bruna alcançou a condição de vereadora a partir de sua atuação no movimento social comunitário, a condição de vereadora lhe permite perceber que fora da institucionalidade política esse movimento tem alcance limitado. A vereadora Bruna tem levado as bandeiras de sua comunidade para a Câmara, bem como, por integrar a bancada negra, tem levado a luta anti-racista para a Câmara de Vereadores¹⁶.

3.3. Bairro Restinga

Especificamente sobre o bairro da Restinga, a proporção territorial da região merecia uma abordagem metodológica capaz de abranger a escala territorial e habitacional de maneira suficiente – visto se tratar da maior comunidade explorada na presente pesquisa. Contudo, a falta de pessoal e de outras condições materiais impossibilitaram a realização de uma pesquisa de campo de maior porte, sendo esta, portanto, uma pesquisa qualitativa e de caráter amostral. Apesar disso, as informações obtidas se mostraram de enorme riqueza e foram esclarecedoras em relação aos impactos da pandemia na região, proporcionando a compreensão de um contexto macro.

Nesse sentido, rememorar a história da Restinga tem especial valor na análise conjuntural durante a crise sanitária, uma vez que o território surge a partir da exclusão de parte da população das áreas mais centrais da cidade, resultante de um ciclo de despejos produzidos pelo regime militar (ALFONSIN et. al., 2021), o que traz consequências até hoje. É ponto de encontro nas falas dos entrevistados o descaso e abandono por parte do Poder Público, mas, para a Restinga, esse tópico possui especial significado, visto que, das principais demandas e reivindicações da comunidade, estão os equipamentos públicos e os serviços básicos essenciais.

¹⁶ No tocante às pautas raciais, já mencionadas anteriormente como importantes pela liderança Ezequiel Moraes da Cooperativa 20 de Novembro, não podemos deixar de mencionar o recente acontecimento na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em que a vereadora e liderança da Vila Tronco, Bruna Rodrigues, foi chamada de "lixo" e de "empregada" por uma mulher branca que fazia parte de um grupo de manifestantes antivacina. O fato, apesar de estarrecedor, reforça a ideia de que a amostra escolhida se coaduna com os objetivos da pesquisa, já que a entrevistada, além de ter sido eleita, é inclusive alvo pelas bandeiras que traz, como a defesa do direito à saúde, da pauta anti-racista (BRANDALISE, 2021).

Revisitar a Restinga, por intermédio da entrevista de Márcia Kovalski, uma das articuladoras do “Acorda, Restinga!”, um ano depois do primeiro contato com ela, permite identificar claramente conexões e diferenças em relação aos casos acima analisados. Dentre as conexões, podemos constatar o fato de que muitas pesquisas e análises sobre a pandemia da Covid-19 destacam em âmbito local, regional e mesmo nacional: que ela atingiu mais fortemente os mais pobres. Esses efeitos são tanto de ordem sanitária – maior número casos e, conseqüentemente, de mortes –, quanto econômica, com o empobrecimento da população.

Especificamente em relação às questões sanitárias, até o final de 2020, a Restinga estava dentre os bairros com maior número de mortes por coronavírus no município (HARTMANN, 2020). Dados fornecidos pela Prefeitura de Porto Alegre dão conta de que o bairro é o local com maior número absoluto de casos de Covid-19, contando, até 09 de outubro de 2021, com 6.320 casos confirmados da doença¹⁷. É, pois, nesse território que as conseqüências da necropolítica (MBEMBE, 2018) se mostraram de forma mais patente em comparação aos demais, sendo necessária a instalação, pelo Exército, de um hospital de campanha anexo ao Hospital Restinga (VERDÉLIO, 2021).

Desde o início da campanha nacional de imunização, Porto Alegre tem ostentado altos índices de vacinação de sua população. Entretanto, também aqui a desigualdade socioeconômica mostra sua cara. É que, de acordo com a Prefeitura de Porto Alegre, quase metade dos não vacinados são moradores de apenas dez bairros da cidade, não coincidentemente aqueles em que moram a população mais vulnerável. E, dentre estes, a Restinga lidera: representa quase 10% do total de não vacinados (GOMES, 2021). Dentre os fatores apresentados pela comunidade, está o fato de que há apenas uma unidade de vacinação aplicando as doses na região, para uma população estimada em mais de 100 mil habitantes – apesar de as estatísticas oficiais apontarem para aproximadamente 60 mil habitantes (OBSERVAPOA, 2010).

Já no que tange aos aspectos socioeconômicos, a percepção da entrevistada é de que houve aumento do desemprego, da violência (tráfico de drogas) e da miséria. Como conseqüência, aumentaram a fome, o trabalho infantil e os problemas de ordem psicológica (“o emocional das pessoas está bem abalado, depressão, a gente vê que as

¹⁷ O mapeamento dos casos de Covid-19 pode ser visto em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/20211020_mapa_municipio_poa_covid19.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

pessoas estão assim bem fragilizadas nesse contexto”). De fato, serviços básicos essenciais, sejam eles da educação, moradia ou saúde, devem fazer parte de uma rede de políticas públicas. Assentados a partir de um leque de políticas, que garantirá a efetividade desta e da continuidade da assistência, independente do tempo ou do governo. Isso, durante uma crise sanitária como a vivenciada a partir da COVID-19, demonstrou que políticas públicas não edificadas não são capazes de garantir a plena manutenção do direito.

Como salientado pela liderança, embora o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS - Campus Porto Alegre) tenha sido uma conquista da região, a evasão escolar se deu em grande proporção durante a pandemia. Com isso, o tráfego, por exemplo, já mencionado, embora sempre estivesse presente – uma vez que a região periférica da cidade proporciona a existência desses poderes paralelos –, foi agravado ainda mais com a pandemia. Pontua a entrevistada, no aspecto:

"[...] assim como o Minha Casa Minha Vida não foi pensado num conjunto de políticas públicas. [...] E quando se pensou nos condomínios e no Minha Casa Minha Vida, não se pensou em um leque de políticas de que as pessoas precisariam também de um suporte, que as famílias precisariam de um suporte na questão da assistência, do serviço social.

A situação pode ser ainda mais complicada, quando examinada em um contexto macro de políticas públicas, mormente após a PEC 95, do teto de gastos, que congelou os gastos com serviços públicos, como a educação e a saúde, por exemplo. É dizer, o resultado de uma medida legislativa de tal porte pode tomar (se é que já não tomou) proporções ainda mais deletérias às populações estudadas após a ocorrência de uma crise sanitária como a COVID-19, em que sairão dessa situação com um déficit muito maior daquele inicial.

Um segundo ponto de aproximação entre os três casos estudados referido em entrevista foi a falta de apoio do Poder Público aos moradores do território para o enfrentamento à pandemia. A precarização do atendimento à população havia sido destacada na primeira entrevista, realizada ainda numa fase em que a pandemia não havia causado tantas vítimas fatais – embora as medidas de restrição estivessem vigentes há alguns meses. Na oportunidade, já foram percebidos: “a piora do transporte público (foram diminuídos os horários dos ônibus), o fechamento de postos de saúde e, até mesmo, das escolas, o que tem como consequência aumentar a insegurança alimentar, tendo em vista que os refeitórios também foram fechados” (ALFONSIN et. al., 2021, p. 43).

Outro fato destacado na segunda entrevista é que, também em decorrência das medidas de restrição da circulação de pessoas, os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) portas de entrada para as políticas de assistência social, pararam de realizar visitas nas famílias, criando uma lacuna de atendimento. Trata-se de mais um indicador do abandono pelo Poder Público de populações vulneráveis, especialmente grave em período no qual esta necessitava de orientação (em relação às medidas de cuidado) e suporte (acesso aos programas sociais). Nas palavras de Márcia, “a gente não vê uma orientação, um amparo nas políticas públicas de direcionamento, pelo contrário, é um sucateamento dos atendimentos e dos serviços públicos”.

Contudo, a trajetória da Restinga na pandemia se distingue dos casos anteriormente em um importante ponto: a falta de assistência por parte do Poder Público para enfrentar a emergência sanitária não representou na comunidade um incentivo à rearticulação política do tecido social. O que se ouviu um ano depois é que “a miséria e a fome estão muito grandes e nós não temos mais aquele, aquele, aquele esforço, aquela força que a gente tinha”. A percepção, nesse sentido, é de que a tentativa de fortalecimento do tecido social para enfrentamento da pandemia se desfez ao longo do caminho, seja pela sensação de abandono em relação aos órgãos públicos, seja pela piora econômica, seja pelas perdas de pessoas queridas pelas pessoas envolvidas em processos de organização.

Dois trechos da entrevista são especialmente elucidativos do que se afirma. O primeiro expressa uma expectativa quanto ao potencial da organização popular local, no sentido de que, no início, foi criada “uma rede de solidariedade muito grande de se ajudar e de conscientizar, entendendo que a gente estava fazendo a nossa parte [...] foi uma coisa, uma forma bem importante e que nos deu amparo em um primeiro momento da pandemia”, a qual, contudo, não recebeu auxílio ou orientação pelo Poder Público. O segundo, entretanto, deixa clara a triste realidade vivida pela população:

E falar a respeito desse nosso momento de articulação, organização, eu não tenho parado para refletir muito, eu até tentei fazer um movimento de reorganizar as gurias para a gente se reorganizar dentro do movimento e apresentei algumas propostas. Mas as pessoas parecem muito cansadas e realmente esgotadas em relação a esses movimentos, em relação ao envolvimento com os movimentos. Nos espaços que nós estamos, além de sermos mulheres, eles têm sugado muito a presença da gente, tem exigido muito, assim, de nós.

Embora tenha havido uma rearticulação das bandeiras, e das próprias lideranças, no enfrentamento à pandemia, ela não se torna totalmente possível ou efetiva, quando,

ao mesmo tempo, existe um afastamento do Poder Público, garantidor da prestação de tais serviços e garantia dos direitos. Em tempos de falta de previsibilidade do que sucederá após a superação da pandemia, essas comunidades mereciam a garantia de um tripé assistencial, como pontuado pela Márcia:

[...] a gente poderia ter se fortalecido [...], teria um tripé, educação, saúde e assistência social para a gente poder fazer um trabalho de conscientização e um trabalho de amparo muito mais fortalecido nesse momento. Ao contrário, o que se teve foi [...] um completo abandono mesmo, e falta de orientação, de norte, um vácuo.

A constatação do abandono, bem como o discurso da liderança reforça a ideia de *precariedade* e de *precarização* tal como trabalhados no marco teórico da investigação com Judith Butler, que diferencia:

A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. (...) Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. (BUTLER, 2019, p. 40-41)

O território da Restinga parece se enquadrar ainda, perfeitamente, na *precarização* da população moradora daquele território, nos termos sugeridos por Butler, “como um processo objetivo que adapta populações, com o passar do tempo, à insegurança e à desesperança: se revela no desmonte das políticas públicas e no desgaste de qualquer vestígio da democracia.” Dos três territórios pesquisados, a Restinga foi o mais duramente atingido pela combinação “precarização + pandemia”.

4. Conclusões

A pesquisa sobre resistências das comunidades de distintos territórios de Porto Alegre ao desmonte da Política Urbana e à COVID-19, realizada durante os anos de 2020 e 2021, é concluída com algumas constatações que, ainda que não possam ser generalizadas (pois nenhum território representa a totalidade dos casos), certamente são capazes de jogar luz sobre uma grande variedade de casos nas cidades brasileiras:

1. A pandemia da COVID-19 encontrou, na cidade de Porto Alegre, territórios e populações já bastante sujeitos a um processo de precarização (BUTLER, 2019) induzido pelo Poder Público e que não se iniciou com a COVID-19,

pois a descaracterização e a desdemocratização (ALFONSIN et. al., 2021) das políticas públicas já estavam em curso no país.

2. A combinação “precarização + pandemia” agravou as condições objetivas das populações de todos os territórios pesquisados, pelo aumento do desemprego e diminuição de oportunidades de geração de renda. No caso da Vila Tronco e do Bairro Restinga, equipamentos públicos como postos de saúde foram fechados e programas assistenciais conduzidos pelos CRAS foram descontinuados em plena pandemia, o que sugere que a necropolítica (MBEMBE, 2018) esteve presente como estratégia de condução da pandemia em diferentes esferas de governo.
3. O agravamento das condições objetivas de acesso aos serviços públicos, aos auxílios emergenciais e aos mais básicos equipamentos públicos também parece confirmar a perversidade dos efeitos da inflexão ultraliberal da política urbana no Brasil, assim entendida como:

[...] um avanço no processo de destruição das bases que sustentavam as iniciativas institucionais de caráter reformista redistributiva, abrindo caminho para um projeto neoliberal (...) tal mudança tem como contrapartida, no plano da cidade, um ajuste urbano na direção de políticas urbanas pró-mercado (RIBEIRO, 2020).

4. A história de produção dos territórios pesquisados, bem como o seu grau de organização e associativismo parecem importar no êxito dos territórios no enfrentamento da precarização. Dois exemplos podem ser dados em uma comparação: enquanto a Cooperativa 20 de Novembro (que resultou de uma ocupação por um movimento de luta por moradia), conseguiu se organizar para rapidamente ter acesso a benefícios como o auxílio emergencial, bem como produziu máscaras para gerar renda para seus associados e associadas, a comunidade da Restinga (bairro resultante de uma estratégia de segregação socioterritorial do Poder Público na década de 70) não teve os mesmos resultados, empobrecendo e adoecendo em proporção bem mais significativa durante a pandemia. Da mesma forma, a comunidade formada pela Cooperativa consegue transcender suas pautas imediatas para participar de manifestações políticas mais amplas, por “vacina no braço, comida no prato e impeachment já”, demonstrando ter clareza da necessidade de organização política, bem como de manter os “corpos na rua”, comportamento que vem ao encontro do marco teórico utilizado na

investigação, especialmente de Butler (2019), quando sustenta a necessidade de “corpos em aliança” em uma “política das ruas” para enfrentar a precarização da vida.

5. A escala dos territórios também parece importar na capacidade de resistência dos territórios: assentamentos menores parecem ter melhores resultados imediatos, bem como articular melhor a escala da *ação política*. O Assentamento 20 de Novembro se articulou em uma perspectiva interescalar, inclusive. Observamos tanto ações de solidariedade *local* com as comunidades do 4º Distrito, quanto ações que requerem articulações de caráter nacional, como os encaminhamentos da luta da Cooperativa junto ao governo federal pela liberação dos recursos que viabilizarão a reforma do prédio. A Vila Tronco, por sua vez, conseguiu eleger uma vereadora dentre suas lideranças, durante a pandemia, no pleito municipal de 2020. Tal liderança, hoje vereadora, leva as bandeiras da comunidade com vigor para a Câmara de Vereadores, articulando as lutas da comunidade com a incidência política na Câmara de Vereadores. Já a Restinga demonstrou uma fadiga e uma incapacidade do tecido associativo de dar conta da resistência à combinação precarização/pandemia.
6. A localização territorial no mapa da cidade também parece ter poder explicativo sobre a forma pela qual os territórios enfrentaram o período. Em que pese o reconhecimento de que a Restinga é hoje uma centralidade importante em Porto Alegre, sua localização a mais de 30 quilômetros do centro histórico da cidade cobra um preço alto dos moradores no que diz respeito à mobilidade urbana, fortemente atingida pela crise do transporte público durante a pandemia. Ao mesmo tempo, a população do centro histórico, como os moradores da Cooperativa 20 de Novembro, tiveram maior facilidade de acesso aos serviços de vacinação e de credenciamento no auxílio emergencial, já que os equipamentos públicos são mais próximos e o próprio preço da passagem não se apresenta como um obstáculo. Essa constatação demonstra a correção das pautas de luta das comunidades que reivindicam o “direito ao centro”, como é o caso da própria Cooperativa 20 de Novembro em sua trajetória de luta por moradia.
7. O direito à cidade é revisitado pelas comunidades, passando a valorizar o acesso a direitos como a saúde e a educação, bem como a valorizar direitos

urbanos tradicionalmente identificados com o direito à cidade, como é o caso do transporte e do acesso aos serviços públicos. Também um novo olhar sobre a cidade se apresenta, reivindicando uma cidade que respeita as mulheres e combate o racismo, como fica claro na fala do Ezequiel, liderança da 20 de Novembro, sobre a importância da incorporação das questões raciais na luta por reforma urbana e por territórios e na representação apresentada por Bruna Rodrigues contra o racismo sofrido na Câmara de Vereadores enquanto ela defendia o passaporte vacinal para combater a COVID-19 na cidade. Estas novas constatações sugerem uma ampliação da capacidade de incidência política dessas lideranças, bem como parecem ratificar as conclusões retiradas das entrevistas realizadas no primeiro ano da pandemia, que sugerem a ampliação do repertório de práticas organizativas das comunidades de baixa renda para enfrentar o desmonte da política urbana, a precarização das condições de vida e a própria pandemia.

Finalmente, mas não menos importante, é preciso registrar a conclusão de que os procedimentos metodológicos adotados foram bastante importantes para que se pudesse chegar à análise aqui apresentada. A abordagem descolonial, aliada à pesquisa qualitativa, com utilização de amostras significativas, entrevistas como técnica privilegiada de produção de informações e a realização de “bancas de qualificação popular” se mostraram férteis para a condução da presente investigação. Ainda que conscientes dos limites da metodologia adotada, os resultados atingidos encorajam a produção de novas pesquisas empíricas na área do Direito Urbanístico.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes; PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga; SEGAT, Flávia; BERNI, Paulo Eduardo; LOPES, Débora Carina; OLIVEIRA, Pedro Acosta; MONTANARI, Vitória Alvarez; GUIMARÃES, Fernanda Madalosso. Ninguém solta a mão de ninguém: a ampliação do repertório de práticas organizativas de comunidades de baixa renda de Porto Alegre na resistência aos ataques ao direito à cidade e à COVID-19. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 23–50, 2021. DOI: 10.26512/insurgencia.v7i1.35658. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/35658>>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRANDALISE, Camila. “Tu é minha empregada”: vereadora de Porto Alegre registra B.O. por racismo. In: **UniversaUOL**, s.l., 21 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/10/21/bruna-rodrigues-vereadora-de-porto-alegre-chamada-de-empregada-na-camara.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 22 out. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE. **Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. Porto Alegre: [Editora], 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3mM1ayd>>. Acesso em: 17 de out. 2021.

DIHL, Bibiana. “Prefeitura decide fechar posto de saúde da Vila Tronco, na zona sul de Porto Alegre”. In: **GZH**. Porto Alegre, 09 de junho de 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/06/prefeitura-decide-fechar-posto-de-saude-da-vila-tronco-na-zona-sul-de-porto-alegre-ckb83lglm000g015ndsjjhova.html>>. Acesso em: 22 out. 2021.

GOMES, Luís. “Moradores criticam fechamento de unidade de saúde da Tronco: ‘Quem abandonou o posto foi a Prefeitura’”. In: **Sul21**. Porto Alegre, 17 de junho de 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2020/06/moradores-criticam-fechamento-de-unidade-de-saude-da-tronco-quem-abandonou-o-posto-foi-a-prefeitura/>. Acesso em: 22 out. 2021.

GOMES, Luís Eduardo. “Por que Restinga e Lomba do Pinheiro são os bairros de Porto Alegre com menos vacinados?”. In: **Brasil de Fato**. Porto Alegre, 23 de Setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/23/por-que-restinga-e-lomba-do-pinheiro-sao-os-bairros-de-porto-alegre-com-menos-vacinados>>. Acesso em: 21 out. 2021.

HARTMANN, Marcel. “Bairros pobres de Porto Alegre lideram casos e mortes por coronavírus”. In: **GZH**. 22 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/12/bairros-pobres-de-porto-alegre-lideram-casos-e-mortes-por-coronavirus-ckj0gusmi0003019w5qh2g79h.html>>. Acesso em: 22 out. 2021.

LEITE, Ana Luiza Grehs. **Formas do acolhimento na Vila Tronco**: entre rastros, restos e curvâncias do espaço. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151119>>. Acesso em: 17 de out. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, 2002, v. 17, n. 49, p. 11-29.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OBSERVAPOA. **Porto Alegre em análise**: sistema de análise e gestão de indicadores. Bairro Restinga, 2010. Disponível em: <<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regioes=93,0,0>>. Acesso em: 22 out. 2021.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arrastes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 154-211.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arrastes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 215-253.

RIBEIRO, Luiz César. **As Metrôpoles e o Direito à Cidade na Inflexão Ultraliberal da Ordem Urbana Brasileira**. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/as-metropoles-e-o-direito-a-cidade-nainflexao-ultraliberal-da-ordem-urbana-brasileira-texto-para-discussao/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

SILVA, Fabio de Sá e. Vetores, desafios e apostas possíveis na pesquisa empírica em direito no Brasil. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 3, n. 1, jan. 2016, p. 24-53.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? in **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Ano XV, nº2/Ano XVI nº1, Jan-Jul 2002.

VERDÉLIO, Andreia. **Exército instala hospital de campanha em Porto Alegre**. In: Agência Brasil. Brasília, 12 de março de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/exercito-instala-hospital-de-campanha-em-porto-alegre>>. Acesso em: 22 out. 2021.